

N. F. Nº - 281318.0002/22-1  
NOTIFICADO - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS DOCE PREÇO LTDA.  
NOTIFICANTE - JOÃO CARLOS MEDRADO SAMPAIO  
ORIGEM - DAT NORTE/INFAZ RECÔNCAVO  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 30/12/2022

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0253-01/22NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO. A exigência da antecipação parcial decorre de preceito legal. Todavia, restou comprovado que o notificado efetuou o recolhimento do imposto questionado de forma tempestiva. Infração elidida. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A presente Notificação Fiscal, lavrada em 28/03/2022, formaliza a exigência de crédito tributário no valor histórico de R\$10.891,97, acrescido da multa de 60%, imputando ao autuado o cometimento da seguinte infração à legislação do ICMS:

**Infração 01 – 007.015.001:** Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para fins de comercialização, nos meses de janeiro, fevereiro e abril de 2020.

Enquadramento Legal: art. 12-A, da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

O contribuinte foi cientificado da Notificação Fiscal em 04/04/22 (DTE à fl. 03) e ingressou com defesa administrativa em 06/06/22, peça processual que se encontra anexada às fls. 08 a 12. A Impugnação foi formalizada através de petição subscrita por seu representante legal.

Em sua peça defensiva, a Impugnante afirma que descabe a exigência em tela.

Alega que a Nota Fiscal nº 108919 (doc.01), com emitente Frinense Alimentos Ltda., no valor de R\$23.745,00, emitida em 03/01/2019, teve a antecipação parcial recolhida no próprio dia 03/01/2019, através de débito em conta corrente (doc. 02), e conforme consta na Relação de DAes do sitio da SEFAZ-BA (doc. 03). Ressalta, também, que a notificação apurou o imposto utilizando a alíquota de 18%, mas que se trata de Charque, cuja alíquota é 12%.

Quanto à Nota Fiscal nº 57285 (doc.04), com emitente Olima Industria de alimentos Ltda., no valor de R\$6.188,90, emitida em 12/12/2019, assevera que a antecipação também já tinha sido recolhida no dia 14/02/2020, através de débito em conta corrente (doc. 05), e conforme consta na Relação de DAes do sitio da SEFAZ-BA (doc. 06).

No que diz respeito à Nota Fiscal nº 4731(doc.07), com emitente Laticínios Rezende Ltda, no valor de R\$69.084,00, emitida em 03/04/2020, expõe que as mercadorias foram devolvidas integralmente em 07/04/2020, conforme nota fiscal de devolução nº 4800. Acrescenta que consta no campo informações complementares "Devolução total referente NF 4731, motivo erro na liberação do pedido." (Doc. 08), e que é também indevida a pretensão fiscal.

Ao final, solicita a improcedência da notificação em lide.

**VOTO**

Inicialmente constato que o Auto de Infração foi lavrado com observância aos ditames contidos no art. 39 do RPAF/99. A descrição dos fatos, considerados como infração das obrigações, foi apresentada de forma clara, encontrando-se apta a surtir seus efeitos jurídicos e legais.

No mérito, o presente lançamento de ofício exige ICMS, imputando ao autuado a falta de recolhimento da antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para fins de comercialização, relativo aos DANFEs nºs 108919, 57285 e 4731.

Da análise dos elementos constitutivos do processo, constato que o Notificado comprovou nos autos a insubsistência das exigências em lide, senão vejamos:

i) o DANFE nº 108919 (fl. 13), com emitente Frinense Alimentos Ltda., no valor de R\$23.745,00, emitido em 03/01/2019, teve a antecipação parcial recolhida no próprio dia 03/01/2019, através de débito em conta corrente do notificado (fl. 14), e conforme consta na Relação de DAEs do sistema informatizado da SEFAZ-BA (fl. 15). Em relação ao valor recolhido destaco que como a mercadoria se trata de charque, o notificado adotou corretamente a alíquota de 12% no cálculo da antecipação parcial.

ii) o DANFE nº 57285 (fl. 16), com emitente Olima Industria de alimentos Ltda., no valor de R\$6.188,90, emitido em 12/12/2019, teve o imposto devido por antecipação parcial também recolhido de forma tempestiva no dia 14/02/2020, conforme DAE à fl. 17 e Relação de DAEs pagos no sistema informatizado da SEFAZ-BA (fl. 18).

iii) o DANFE nº 4731 (fl. 19), com emitente Laticínios Rezende Ltda, no valor de R\$ 69.084,00, emitido em 03/04/2020, foi objeto de devolução integral, em 07/04/2020, conforme indica o DANFE de entrada (devolução) nº 4800, à fl. 20. Acrescento que consta no campo informações complementares, do mencionado DANFE, que se trata da referida devolução: "DEV TOTAL REF 4731 MOT ERRO NA LIBERAÇÃO DO PEDIDO", sendo, portanto, também indevida a exigência fiscal para essa operação.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **281318.0002/22-1**, lavrada contra **DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS DOCE PREÇO LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 15 de dezembro de 2022.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR